



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 286390-1

COMARCA DE ORIGEM: Vara Única - Floresta

APELANTE: Ministério Público de Pernambuco

APELADO: Eleneide da Silva Gomes

RELATOR : Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto.

VOGAL: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho.

EMENTA: APELAÇÃO - AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE DATA DE NASCIMENTO - COMPROVAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE ERRO - LISURA DO PEDIDO - COMPROVAÇÃO ATRAVÉS DE CERTIDÃO DE BATISMO - FALTA DE IMPUGNAÇÃO DO DOCUMENTO - MERO ERRO MATERIAL - PEDIDO PROCEDENTE - SENTENÇA MANTIDA - APELAÇÃO IMPROVIDA.

- O artigo 109 da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos) preceitua que o pedido de retificação de assentamento de registro civil será instruído com documentos ou com indicação de testemunhas.

- No caso dos autos, o batistério foi o documento trazido como prova e, por não ter sido impugnado pela parte adversa, é eficaz como meio de prova.

- Decisão correta. Apelação Improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados, discutidos e votos os presentes autos do recurso em epígrafe, **Acórdam** os Desembargadores integrante da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à maioria de votos, **em negar provimento ao recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e notas taquigráficas acaso existentes, que ficam fazendo parte integrante deste aresto.

Recife, 03 de junho de 2014.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Vogal



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Apelação n. 286.390-1

Apelante: Ministério Público de Pernambuco

Apelada: E. da S.G., representada por genitores

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

E. da S.G., representado por seus genitores, ajuizou ação de retificação de registro de nascimento, com o objetivo de alterar a data de seu nascimento de 18/9/94 para 18/9/93.

Aduz a inicial que, por equívoco, foi registrada data errada de seu nascimento e que só foi percebido anos mais tarde. Para comprovar os fatos, junta o batistério com data de nascimento 18/9/93.

No momento cuido de sentença do juízo da Vara única de Floresta.

Cota do Ministério Público (fls. 12 e 14v): requereu diligências para comprovação do fato alegado.

Sentença (fls. 16/17): julgou procedente o pedido para determinar a retificação da certidão de nascimento da autora conforme foi requerido.

Apelação do Ministério Público (fls. 18/22): sem preliminares. No mérito, alegou serem as diligências requeridas fundamentais para atender aos requisitos da Lei de Registros Públicos por não haver conjunto probatório necessário e imprescindível para julgamento da causa. Requer a nulidade da sentença.

Contrarrazões de E. da S.G. (fls. 25/29): pugna pela manutenção da decisão.

Parecer do Ministério Público (fls. 45/47): opina pelo não provimento quanto ao pedido de nulidade, contudo, seja reformada a decisão, para fins de julgar improcedente o pedido de retificação.

É o essencial a relatar. Ao revisor.

Recife, 28.3.14

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Apelação n. 286.390-1

Apelante: Ministério Público de Pernambuco

Apelada: E. da S.G., representada por genitores

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

O cerne da controvérsia reside na possibilidade de retificação do registro de nascimento da apelada, em relação à data de nascimento de 18/9/94 para 18/9/93, apenas com base no batistério.

A Lei de Registros Públicos autoriza o pedido de retificação de assentamento no registro civil, a quem requerer em petição fundamentada e instruída com documentos aptos, não estando o pleito limitado aos casos de erro material.

E ainda, sobre o tema Miguel Maria de Serpa Lopes (LOPES, Miguel Maria de Serpa. Tratado dos Registros Públicos. 5 ed., Livraria e editora) leciona:

A retificação do Registro Civil das Pessoas Naturais é um processo destinado a restabelecer a verdade do conteúdo dos assentos inerentes aos atos do Estado Civil, desfazendo o erro de fato ou de direito, suprimindo uma omissão, produzindo por declarações erradas ou deficientes, compreendendo as consignadas de um modo diverso pelo Oficial, em consequência de erro ou engano, ao reproduzir a declaração que lhe foi prestada.

Pois bem. Em face da segurança jurídica e dos demais princípios que regem os atos dotados de fé pública, é **imprescindível** que haja prova suficiente para a retificação do registro.

Compulsando os autos, constato ter a apelada juntado, apenas, o batistério (fl. 8), emitido em 2/5/98.

Ora, ao contrário do decido pelo magistrado sentenciante, tal documento, por si só, não é apto a embasar o pedido de retificação de registro de nascimento porquanto se trata de uma declaração produzida pelos genitores da apelada que não afasta a presunção *juris tantum* de veracidade do documento público.

Assim, sendo o batistério prova indiciária que pode ser corroborada por outros meios de provas complementares e, tendo em vista o princípio da busca pela verdade real, deve-se anular a sentença para oportunizar a colheita de outras provas, como requerido pela parte da inicial e pela cota do Ministério Público.

Dessa forma, já decidiu esse Tribunal de Justiça, conforme julgado abaixo:

REGISTRO CIVIL. RETIFICAÇÃO DA DATA DE NASCIMENTO. CERTIDÃO DE BATISMO. ÚNICO DOCUMENTO A AMPARAR A PRETENSÃO. NECESSIDADE DE COLHEITA DE PROVA TESTEMUNHAL. PROVIMENTO DO APELO. Em sendo o batistério prova indiciária, eis que não possui, por si só, valor probatório suficiente para promover a alteração do registro civil, a apuração da veracidade das alegações formuladas pela pretendente à retificação deverá ser realizada por prova complementar, podendo ser a testemunhal ou outra, caso seja necessário. Apelação provida. Decisão unânime.
(TJ-PE - AC: 164258 PE 00024520920078170480, Relator: Eurico de Barros Correia Filho, Data de Julgamento: 27/11/2009, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 129) (sem destaque no original)

E também, *mutatis mutandi*, o Tribunal de Justiça do Paraná, *in verbis*:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE IDADE JUNTO AO ASSENTO DE NASCIMENTO - CERTIDÃO DE BATISMO COM DATA ANTERIOR A CONSTANTE DO REGISTRO DE NASCIMENTO - PRETENSÃO PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL - DECISÃO QUE JULGA IMPROCEDENTE O PEDIDO POR AUSÊNCIA DE PROVAS SEM OPORTUNIZÁ-LA - CERCEAMENTO DE DEFESA - SENTENÇA NULA - NECESSIDADE DE OUTRAS PROVAS JUNTO À CERTIDÃO DE BATISMO. I - Contraditório e ampla defesa. Contemporaneamente, os princípios constitucionais além de serem princípios propriamente ditos, são, em verdade, direitos fundamentais, porquanto toda a teoria de tais direitos encartados no bojo da Constituição Federal de 1.988 devem ser aplicados no direito processual, razão pela qual teriam os aludidos princípios o status de direitos fundamentais processuais constitucionais. Em que pese não ser adequado falar em hierarquia entre princípios, em relação àqueles que norteiam o processo civil, ineludível a suprema importância do princípio do devido processo legal (*due process of law*), que ao longo do tempo (1ª previsão que se tem notícia está no longínquo ano de 1215) dele se extraiu diversos outros princípios tais como: o contraditório, o juiz natural, a ampla defesa, etc. II - **Certidão de batismo. Vislumbra-se que a certidão de batismo pode gerar presunção de veracidade, porém, não por si só, sendo prudente a realização de outras provas para que se altere o registro de nascimento, documento dotado de fé pública.** APELAÇÃO PROVIDA.
(TJ-PR 8358721 PR 835872-1 (Acórdão), Relator: Gamaliel Seme Scaff, Data de Julgamento: 18/04/2012, 11ª Câmara Cível) (sem destaque no original)

Portanto, verificada a necessidade da colheita de outras provas, sob pena de cercear o direito de defesa da autora, não entendo madura a causa para julgamento por esse Tribunal, como requereu o Ministério Público em seu parecer.

Por essas razões, voto para **anular a sentença**.

Recife, 22.11.11

Des. Eduardo Sertório Canto
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Desembargador **ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **FLORESTA – VARA ÚNICA**
TIPO: **APELAÇÃO CÍVEL**
PROCESSO Nº : **0286390-1**
APELANTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DE
PERNAMBUCO - PETROLINA
APELADO(S): **ELENEIDE DA SILVA GOMES**
RELATOR: Des. **EDUARDO SERTORIO**
REVISOR: Des. **ITABIRA DE BRITO FILHO**

DESPACHO:

Revisto.
À pauta.
Cumpra-se.

Recife, 21 de março de 2014.


ITABIRA DE BRITO FILHO
Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – 22 05 2014

APELAÇÃO Nº 286390-1 – FLORESTA

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO – PETROLINA

APELADO: ELENEIDE DA SILVA GOMES

RELATOR: DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

REVISOR: DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO FILHO

RELATÓRIO À FL. 50 DOS AUTOS.

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 57 E VERSO DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO (REVISOR)

Eu não teria nenhum questionamento a fazer, entretanto, Presidente, eu verifico que a prova mais eficiente para se corrigir a idade é o batistério.

Quando a questão é simples, eu aprendi isso até com o Desembargador Agenor, eu não faço um voto de revisão, eu observo o voto do Relator e profiro o meu voto. Eu acho que o documento hábil, realmente, para se verificar essa correção de idade não é outro, senão o batistério como requerido e reconhecido pelo juiz *a quo*, até porque eu entendo que a parte, dependendo da idade, vai encontrar muita dificuldade em colher novas provas como testemunhas, efetivamente, de sorte que eu peço vênias a Vossa Excelência e nego provimento ao recurso do Ministério Público, seguindo o entendimento do juiz de 1ª Instância.

É como voto.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (RELATOR)

Desembargador Itabira, permita-me, que eu fui objetivo na minha explanação, eu fui verificar porque eu teria também concordado. É que o batistério, a data de nascimento é preenchido a mão, evidentemente, 18/09/93. Mas esse batistério foi lavrado em 1998, foi por isso que eu também acompanhei o Ministério Público. Se fosse lá em São José do Rio Pardo, dia 02/05/1998, mas alguns anos depois, foi isso que me motivou.

Patricia Santos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO (REVISOR)

É no mínimo estranho.

Senhor presidente, eu refluo, diante do que Vossa Excelência está afirmando e acompanho integralmente dando provimento ao recurso ministerial.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA

O Desembargador Itabira já antecipou o seu voto, mas eu pensava que ainda estava na fase de discussão.

Vossa Excelência se fundamentou no fato de que o batistério que é um documento fornecido pela igreja à mão, é natural. Presumir hoje que os padres estão mentindo, mas acontece em todas as classes. Mas era comum que se retificasse, principalmente no interior os registros de nascimento tomando como ponto de partida o batistério, porque é comum também no interior nem se fazer os registros como devem, se fazer tempos depois, muitos equívocos, mas uma coisa é certa, para levar para o padre batizar, levava a criança desde colo. Isso é comum no interior.

Mas a lei do registro civil diz que qualquer um poderá pedir a retificação de assentamento de registro civil, se houver impugnação, o juiz deverá produzir prova. Então, vem a primeira pergunta: O Ministério Público em alegações finais impugnou esses documentos? Impugnou a prova? Pleiteou isso? Porque diz assim: *Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público, é o parágrafo único do art. 109, impugnar o pedido, o Juiz determinará a produção da prova, dentro de dez dias e ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o órgão do Ministério Público (se não houver impugnação ou necessidade de mais provas) o juiz decidirá no prazo de cinco dias.*

Então, ele vai decidir com a prova que tem.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (RELATOR)

O Ministério Público, Desembargador, pediu que trouxesse à colação outros documentos, tal como declaração da unidade hospitalar onde se deu o nascimento etc., pediu que fosse ao oficial de registro civil, a fim de se encaminhar cópia da fl. 182 do livro 59 de assentamento de nascimento onde se encontra lavrado o registro que se pretende ratificar, e a produção de prova testemunhal. E o juiz deu a sentença.

Santos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA

Estou satisfeito. Houve impugnação, de forma que a testemunha se fazia necessária porque o Ministério Público desconfiou da veracidade. Agora, que a parte traga alguns documentos com relação ao dia de internamento no hospital que busque o Ministério Público ou que requeira o juiz. Se o hospital não tiver isso, a parte vai fabricar?

DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO (REVISOR)

Desembargador Agenor, pelo que Vossa Excelência leu sobre a lei específica, independentemente dessa impugnação feita pelo Ministério Público, o juiz decidirá com as provas que ele tem nos autos, independentemente dessa impugnação.

Então, não vejo assim, muita importância para essa impugnação, desde que o juiz tem o livre arbítrio de julgar de acordo com as provas apresentadas nos autos.

De sorte que, independentemente disso também, houve impugnação e, a meu entendimento, está tudo correto.

Acompanho o voto do Desembargador Relator.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA

Isso está decidido, está expresso na lei, houve impugnação, precisaria de ouvir pessoas, talvez com mais idade de que a requerente, para confirmar que conheceu seus pais, mais ou menos o dia que nasceu. Agora, Presidente, por quanto tempo tem esse processo? É um ano de diferença, isso é para efeito de aposentadoria.

DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO (REVISOR)

Qual a idade do requerente?

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (RELATOR)

Ele nasceu em 1993, em 2008 quando a ação foi dada entrada, tinha quinze.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO (REVISOR)

Quinze anos depois é que deu a entrada.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (RELATOR)

Um outro elemento importante na minha decisão, porque outras jurisprudências que eu trouxe dizia o seguinte: Se for só o batistério não pode não, tem que ter alguma coisa a mais e aqui nós temos, além da carteira de identidade, a certidão de nascimento, o batistério e só. Mais nada.

DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO (REVISOR)

Desembargador Presidente, se a parte juntar um batistério, vou usar o termo *velhinho*, dizendo que ele nasceu, no ano, vamos supor, de 1960 e ele dizendo que foi registrado em 1961, dá uma credibilidade maior ao julgador, não é verdade? Mas se no ano que ele requer essa retificação é o mesmo ano em que aparece essa certidão, ou esse de batismo, não é que seja falso, mas a gente... (interrompido)

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (RELATOR)

Ele nasceu em 1993 ou 1994, o batistério data de 1998 e a ação foi proposta em 2008.

Eu quero adiantar que, pessoalmente, eu acredito que a pessoa esteja dizendo a verdade, mas eu não sou detentor da verdade, a justiça é. Então, eu tenho que tomar os cuidados mínimos necessários para se garantir a sociedade a verdade daquilo.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA

Permita-me, Senhor Presidente, fazer uma indagação mais no processo. O Ministério Público pugnou pela produção de prova e por prova testemunhal. Ele impugnou o documento do batistério?

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (RELATOR)

Não. Nenhuma palavra sobre isso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA

Então, eu vou deixar também no ar algumas reflexões.

Primeiro ponto, não me espanta o batistério ser datado de 98 e ele ter nascido em 93 ou 94 que está se discutindo, tampouco dele ter entrado com uma ação em 2008, que a rigor, se ele, entrou nem poderia, se foi ele. Primeiro: Em 1993 ou 1994, conforme ele tenha nascido, se houve equívoco ele era um bebê, uma criança recém-nascida. O documento do batistério é entregue aos pais quando se faz o batismo, mas isso não significa que seja um documento único, pode ser perdido, extraviou-se, seja lá o que foi, e ele se achegar na Igreja e dizer: *Vê o livro que o meu filho nasceu e tira uma certidão de batismo*. Ele pode ir até agora se nós quisermos, ir lá e pegar. É extraída a certidão.

No ano de 2008, ele tinha 15 (quinze) anos de idade. Ele queria retificar a idade dele, por quê? Para aposentadoria, não era. Não será que realmente ele não foi, talvez, tão cobrado pela família ou por uma informação no decorrer do seu crescimento: - *Teu pai errou quando te registrou por um ano de diferença*. Nós nos deparamos com esse propósito de retificação de idade para efeito de aposentadoria, para alcançar a idade, mas ele ao ingressar com a ação aos 15 (quinze) anos, qual o objetivo? Se fosse beirando os 17 (dezessete), 18 (dezoito), ele poderia já querer alcançar a maioridade para se emancipar, mas com 15 (quinze) anos, um documento fornecido pela Igreja, esse documento não foi impugnado pelo Ministério Público e o juiz julgou com a prova que tem.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (RELATOR)

Carnaubeira da Penha era a cidade dele.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA

Deve ser um distrito pequeno.

DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO (REVISOR)

É muito pequeno.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA

É natural que realmente as pessoas não registrem.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO (REVISOR)

Desembargador Agenor, Vossa Excelência tem um dom, às vezes, quando pede, argumenta, tem um dom que eu acho interessante, mas parece que o Desembargador Agenor não é egresso da magistratura, mas da advocacia, porque ele tem o dom até de fazer os seus pares mudarem de ponto de vista. É verdade.

Se, com 16 (dezesesseis) anos, 15 (quinze) anos, ele quis efetivamente aumentar em um ano, calcado em uma certidão de batismo, ninguém sabe efetivamente qual o objetivo, então há uma presunção de verdade. Eu já votei de uma forma, já modifiquei e Vossa Excelência está fazendo com que eu modifique novamente o meu entendimento, mas... (interrompido)

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (RELATOR)

Eu tenho a impressão que, ao final, ele vai me acompanhar.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA

Não, Desembargador Sertório, eu pretendo só lhe acompanhar se houver impugnação; mas, para mim, eu acho que a impugnação é a impugnação do documento, quer dizer, um processo que correu de 2008 até 2014, durante sete anos, seis anos, aí vamos retornar para ouvir testemunhas, não tem nem a profissão dele, não é? Ele tinha quinze anos. Ele estava representado por alguém?

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (RELATOR)

Sim, pelos pais, Espedito e Josefa. O pai é analfabeto, não consta a profissão.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA

Eu acho que Vossa Excelência, Desembargador Sertório está mais próximo, ou, talvez, afinado com o sentimento da jurisprudência, mas eu já tenho dito aqui que, às vezes, eu me rebelo contra alguns posicionamentos, mas no bom sentido, e o documento de batismo, desde que ele não foi impugnado, trata de um homem analfabeto, os pais vieram a juízo para retificar o nome, vai ver que o juiz se conformou e antecipou a sentença porque ele até conhece. Talvez ele não soube devidamente, só uma hipótese, instruir como deveria o processo, o Ministério Público pugnou: eu quero prova, eu quero prova. Mas o Juízo se entendeu de satisfeito e não houve impugnação ao documento do batismo e

Patricia



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

aliado a tudo isso, com qual objetivo pretendeu os pais retificar o registro do filho com 15 (quinze) anos se não fosse para colocar na data correta?

Eu enxergo prejuízo sim de nós retornarmos esse processo para o juiz, a fim de instruir novamente.

Presidente, aplicando aquele princípio *in dubio pro misero*, é um pai analfabeto, Vossa Excelência até se referiu que, às vezes, os processos demoram tanto aqui, no início desse julgado, eu entendendo até a proximidade de Vossa Excelência com a jurisprudência, mas eu peço vênias para manter a sentença do juiz, determinar essa retificação de quem aguarda desde os 15 (quinze) anos, que se corrija um equívoco, talvez até provocado pelo próprio pai, analfabeto que é. Eu peço vênias.

DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO (REVISOR)

Eu também peço vênias, era o meu entendimento inicial, mas quando Vossa Excelência se referiu de que foi expedido esse documento em 1998, eu evolui, mas volto ao meu raciocínio inicial e também nego provimento ao recurso do órgão ministerial, pedindo vênias a Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (RELATOR)

Eu só não entendi porque o Ministério pediu, eu quero isso, isso e isso, e o juiz dá a sentença sem ao menos: *olhe, eu indefiro o seu pedido porque não tem cabimento*.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA

O juiz não fundamentou, dizendo por que não produziu provas testemunhais?

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (RELATOR)

O quadro que Vossa Excelência pinta me parece irretocável. Foi isso que aconteceu, esse é o meu sentimento também.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA

Vossa Excelência tinha razão, esse caso apaixonou.

Pantos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (RELATOR)

É, apaixonada.

DOUTORA IZABEL CRISTINA DE NOVAES (PROCURADORA DE JUSTIÇA)

O Ministério Público quando apresentou parecer na 1ª Instância, foi exatamente, aliás, quando ele recorreu da decisão, na verdade, foi exatamente pelo fato que houve a impugnação, houve o pedido de produção de novas provas que não foi feito, logo em seguida o juiz prolatou a sentença. O recurso do Ministério Público foi por essa razão, por ter impugnado e o juiz não levou em consideração a impugnação.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA

Ele impugnou ou protestou com produção de prova? Ele impugnou o documento, esse documento é falso; ou há suspeita de falsidade do batismo?

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (RELATOR)

Ele não toca no documento.

DOUTORA IZABEL CRISTINA DE NOVAES (PROCURADORA DE JUSTIÇA)

Ele faz uma comparação entre a certidão de nascimento e o batistério, dizendo que a certidão de nascimento tem fé pública, quando ela foi feita com aquela data. E que apenas esse documento, pelo menos é o que está sendo dito aqui: apenas a certidão do batistério não seria suficiente para que houvesse essa mudança. A forma dele dizer dessa impugnação foi exatamente pedir para que fosse manifestada outras provas e não se levar em consideração apenas o batistério, o juiz não atendeu e prolatou a sentença.

Não tenho como mudar nada aqui.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (RELATOR)

Eu vou anunciar o resultado.

Patricia Santos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, FOI MANTIDO A SENTENÇA RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, VENCIDO O DES. RELATOR, SENDO QUE O ACÓRDÃO SERÁ LAVRADO PELO DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA".

Santos